

CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO RURAL NO BRASIL: a produção científica entre 2001 e 2020

CONSIDERATIONS AND PERSPECTIVES ON RURAL DEVELOPMENT IN BRAZIL: the scientific production between 2001 and 2020

Guilherme Guiari Silva Correia

Universidade Federal de Alfenas - MG, Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais - GERES,
Alfenas, MG, Brasil
guilherme.correia@sou.unifal-mg.edu.br

Flamarion Dutra Alves

Universidade Federal de Alfenas-MG, Grupo de Estudos Regionais e Socioespaciais – GERES,
Programa de Pós-graduação em Geografia, Alfenas, MG, Brasil
flamarion.dutra@unifal-mg.edu.br

Resumo

O presente artigo tem como objetivo compreender as tendências do desenvolvimento rural no Brasil no século XXI. Para isso, foram analisadas 4 revistas científicas de Geografia Agrária, Sociologia Rural e Economia Rural, entre os anos de 2001 e 2020, que totalizou 101 artigos. Levou-se em consideração para a análise dos artigos, os atores sociais, os tipos de desenvolvimento rural, as dimensões de análise e os conceitos geográficos adotados sobre o desenvolvimento rural. Além disso, espacializou-se as instituições que pesquisaram sobre desenvolvimento rural. A pesquisa apontou para uma forte tendência em discutir o Desenvolvimento Territorial Rural e o Desenvolvimento Rural Sustentável como tipos de desenvolvimento para o campo. Quanto as dimensões do desenvolvimento rural, a dimensão política vai se destacar como a principal abordagem no estudo do espaço rural, e ainda destacar os agricultores familiares como principais atores sociais para o desenvolvimento rural.

Palavras-chave: Desenvolvimento Territorial Rural. Agricultura Familiar. Geografia Agrária. Sociologia Rural. Economia Rural.

Abstract

The present article aims to understand the trends of rural development in Brazil in the 21st century. For this, 4 scientific journals of Agricultural Geography, Rural Sociology, and Rural Economics were analyzed, between the years 2001 and 2020, which totaled 101 articles. The analysis of the articles took into account the social actors, the types of rural development, the dimensions of analysis, and the geographic concepts adopted about rural development. In addition, the institutions that researched on rural development were spatialized. The research pointed to a strong tendency to discuss

Rural Territorial Development and Sustainable Rural Development as types of development for the countryside. As for the dimensions of rural development, the political dimension will stand out as the main approach in the study of rural space, and also highlight family farmers as the main social actors for rural development.

Keywords: Rural Territorial Development. Family farming. Agrarian Geography. Rural Sociology. Rural Economy.

Introdução

O espaço rural brasileiro, ao longo das últimas décadas, vem demonstrando sua grande capacidade de produção de alimentos, aumento das exportações de grãos e carnes e o papel significativo da agricultura familiar no abastecimento dos centros urbanos. Entretanto, o espaço rural é um território em constante disputa entre vários atores que defendem perspectivas distintas para o desenvolvimento rural. Tem-se disputas que vão além da dualidade agronegócio *versus* agricultura familiar e monocultura *versus* policultura.

Nesse contexto político agrário de disputa, a presença do Estado é fator determinante nessas desigualdades, pois financia largamente os médios e grandes produtores e empresas rurais, com mais de 290 bilhões de reais em crédito rural para o ano de 2021, destes só 13,8% foram destinados para o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF (BRASIL, 2022, ALVES, 2021). Há a presença de empresas nacionais e internacionais que se territorializam extraíndo os recursos do território nacional, que vem provocando uma crise no preço das *commodities* (PEREIRA, 2015). E há ainda, um espaço multifuncional cada vez mais atrelado as funções urbanas e menos agropecuárias, que vai aumentando o preço da terra e expulsando os agricultores familiares (RUA, 2019), ou seja, nesse século XXI o espaço rural apresenta diversos interesses na sua apropriação e uso, e conseqüentemente as políticas e direcionamentos para o desenvolvimento rural são os mais variados.

Esta questão, aliada ao avanço tecnológico e a modernização da agricultura, pós Revolução Verde, exacerbou a desigualdade dentro do campo e da cidade. Esta modernização desigual reestruturou o papel das cidades e do campo, da mesma forma que foi reestruturado por eles no que diz respeito à produção, fluxo de bens e informação, fluxos econômicos e populacionais. O circuito espacial produtivo (SANTOS, 1986) atual depende de uma interconexão entre campo e cidade sem precedentes na história. O campo, então, torna-se dependente da cidade assim como o contrário o é.

Existem diversos aspectos onde a modernização da agricultura, adjunta do avanço tecnológico das últimas décadas, aumentaram os fluxos de informação e a velocidade dos transportes, alterando as dinâmicas do campo e das cidades. A concentração fundiária, o aumento das desigualdades de acesso às tecnologias e a própria terra, a migração de agricultores para as cidades aumentando o contingente urbano para além de seu limite de infraestrutura, os danos severos ao meio ambiente e o aumento da competitividade são exemplos das consequências da mundialização da agricultura e de uma cultura no campo cada vez mais tecnológica.

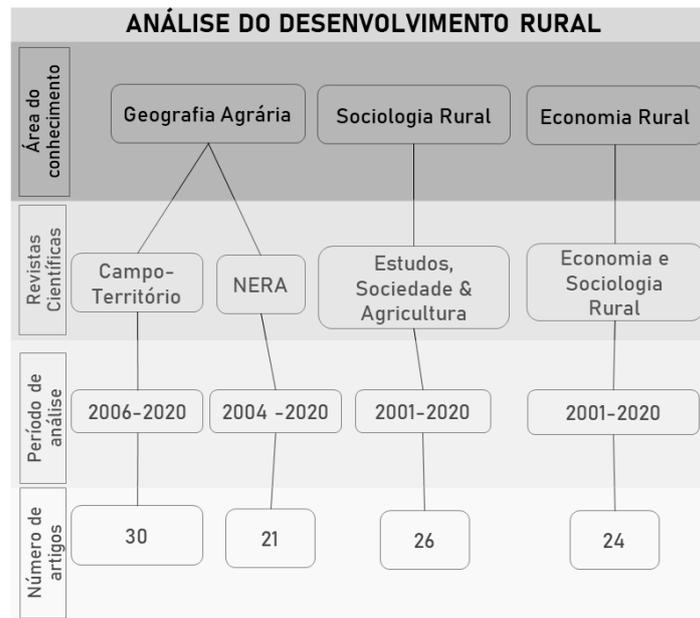
Estas questões inspiram muitas pesquisas acerca do campo e do desenvolvimento rural. Principalmente nas últimas décadas, várias pesquisas discutem o rural e seus tipos de desenvolvimento. Assim, este artigo tem como objetivo compreender como o desenvolvimento rural vem sendo discutido na contemporaneidade entre 2000 e 2020, e analisar os tipos de desenvolvimento e suas dimensões espaciais utilizadas. Ademais, o artigo busca identificar onde estas pesquisas foram desenvolvidas, quais os atores sociais envolvidos e quais conceitos geográficos utilizados na análise.

Procedimentos Metodológicos

A realização de uma pesquisa de caráter teórico-bibliográfico, requer um cuidado na seleção e escolha da temática, fontes e conceitos a serem abordados. Adotou-se os procedimentos da revisão sistemática por Kitchenham (2004, p.2), onde se deve empreender a pesquisa “de acordo com uma estratégia de busca pré-definida”, selecionando os materiais a serem analisados. Então, foi necessário escolher revistas científicas que discutem o desenvolvimento rural, sem limitar a uma visão unidimensional da temática.

Desta forma, optou-se por revistas e áreas da ciência que estudam o tema com diferentes visões, escolhendo revistas de Geografia, Sociologia e Economia, sendo elas: Campo-Território: Revista de Geografia Agrária (2006-2020), Revista do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA (2004-2020), Revista Economia e Sociologia Rural (2001-2020) e Revista Estudos, Sociedade & Agricultura (2001-2020) (Figura 1).

Figura 1: Revistas científicas utilizadas para análise do desenvolvimento rural entre 2001 e 2020.



Fonte: Os autores, 2022.

Org.: Os autores, 2022.

A escolha das áreas da Geografia Agrária, Sociologia Rural e Economia Rural tem uma longa trajetória de debates e avanços teórico-metodológicos no campo do desenvolvimento rural brasileiro, por isso, são áreas do conhecimento que dialogam com outras ciências e trazem perspectivas importantes para o espaço rural brasileiro contemporâneo.

Ao delimitarmos as revistas, optou-se por pesquisar em seus bancos de dados *online* pelas palavras-chave a expressão “desenvolvimento rural” e, conseguiu-se um total de 101 artigos que discorrem diretamente sobre o tema, sendo 30 artigos da Campo-Território, 26 da Economia e Sociologia Rural, 24 da Estudos, Sociedade & Agricultura e 21 da Revista NERA.

Para análise dos artigos, utilizou-se o trabalho de Alves (2010) para compreensão dos conteúdos dos artigos, bem como a classificação e sistematização. A partir disso, criou-se categorias para análises dos artigos, elencando em *Tipos de Desenvolvimento Rural*, *Dimensão do Desenvolvimento Rural*, *Atores Sociais no Desenvolvimento Rural* e *Conceitos Geográficos no Desenvolvimento Rural*.

Esses dados foram utilizados para a elaboração de gráficos e mapas que sistematiza e espacializa as informações obtidas. Ademais, foi necessário um

levantamento bibliográfico sobre o conceito de desenvolvimento e suas vertentes voltadas ao rural, para compreender as várias concepções e aplicações.

Desenvolvimento no espaço rural: definições e aplicações

Por muito tempo, sobretudo no século XX, o conceito de desenvolvimento esteve relacionado diretamente à ideia de progresso econômico. Os países eram divididos levando em consideração suas rendas brutas, ou melhor, pelo Produto Interno Bruto (PIB) de cada Estado nacional. Esta simplificação serviu apenas para denominar países ricos e pobres, regiões desenvolvidas, subdesenvolvidas ou em desenvolvimento, sem ao menos considerar onde estes recursos eram aplicados dentro de cada região, como estes eram distribuídos e qual parcela da população detinha boa qualidade de vida em detrimento da outra.

Sen (1999) discutirá o conceito de desenvolvimento, a luz de vários aspectos da vida social e das diferenciações regionais do mundo. Com isso, essa perspectiva vai para além do viés econômico, considerando aspectos culturais, democracia, justiça, direitos humanos, alimentação, pobreza, fome, gênero, liberdade entre outros. Assim, amplia-se as questões que envolvem o conceito de desenvolvimento, inclusive no espaço rural.

A industrialização como sinônimo de desenvolvimento também foi muito difundida por governos locais e órgãos mundiais como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) nas décadas 1960 a 1990. Ainda hoje é comum encontrar na literatura autores defendendo esta ideia de desenvolvimento associado unicamente à industrialização/mecanização. Como a indústria auxilia no crescimento econômico, aumento da produção e fluxo de mercado é, relativamente, fácil levar-se pela alienação de que ela é a principal responsável pelo desenvolvimento de um país. A hegemonia industrial dos países, ditos, desenvolvidos, com seus padrões de vida elevados e conforto (SUNKEL e PAZ, 1988) também influenciam e reforçam este pensamento.

As indústrias e o crescimento econômico, sem dúvidas, são fatores necessários para o desenvolvimento e a melhoria da qualidade de vida da população. O aumento da renda está intimamente relacionado com a melhoria da qualidade de vida dos seres humanos, assim como o aumento da produção de bens e materiais também o está. Todavia estes não devem ser entendidos como condição única e exclusiva para se alcançar o desenvolvimento. Com o aumento das desigualdades relacionadas às políticas econômicas no século XX ascendeu uma preocupação, principalmente após a

Segunda Guerra Mundial, em pensar em desenvolvimento rural multidimensional que fosse classificado, não exclusivamente pelo viés econômico, mas que trouxesse como interesse principal o bem estar humano, qualidade de vida, acesso à educação, melhoria de renda, acesso à saúde e tantos outros.

No espaço rural brasileiro, a implementação da industrialização via modernização da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, foi necessária para os planejadores e governos, a fim de tornar o espaço rural dentro dos princípios do desenvolvimentismo e lógica do capitalismo moderno a época. Nesse sentido, Ferreira (2002, p.287) diz que “proclamada como impulsionadora do desenvolvimento e da passagem de um país tradicional para um moderno, a modernização da agricultura brasileira foi o grande marco das transformações no Brasil”. Entretanto, esse processo culminou em diversos problemas socioculturais, como o êxodo rural que levou milhões de pessoas para as cidades, problemas ambientais, com o uso intensivo de agrotóxicos, além de problemas na dependência econômica das *commodities* e das flutuações do mercado internacional.

Por esses motivos, Kageyama (2008, p.56) vai afirmar que “o desenvolvimento rural, por sua vez, não é identificado como crescimento econômico, mas visto como um processo que envolve múltiplas dimensões: dimensão econômica, dimensão sociocultural, dimensão político-institucional e dimensão ambiental”. O desenvolvimento rural que deve ser planejado e executado pelos poderes públicos, instituições de pesquisa e assistência técnica, deve levar em considerações esses atributos e características que distinguem do modelo que enfatiza a modernização da agricultura e o agronegócio (Quadro 1).

Partindo desse princípio, o desenvolvimento rural compreende variáveis que sobressaem a dimensão econômica e ainda, que considere as diferenciações regionais do espaço rural brasileiro, conforme aponta Ploeg (2011, p.116), onde afirma que a “noção de ‘desenvolvimento rural’ é operada, nas múltiplas práticas que juntas constituem o rural, como um conceito normativo. Na prática, tal conceito não pretende simplesmente sintetizar e alinhar o que está em curso. Antes, busca marcar a diferença.”

Para atingir o desenvolvimento rural, as práticas socioespaciais tem de ser sustentável ambientalmente, politicamente, socialmente, economicamente e culturalmente. O desenvolvimento não é mais unidimensional, mas multidimensional,

tendo um conjunto de condições físicas, humanas, ambientais e sociais necessárias ao bem estar e para a manutenção na vida humana (SANTOS et al, 2012).

Quadro 1: Características dos modelos de desenvolvimento rural e modernização da agricultura/agronegócio, a partir do espaço rural brasileiro.

Modelos / Projetos	Principais características da produção agropecuária
Modernização da Agricultura e Agronegócio	<ul style="list-style-type: none">- Agricultores como empresários agrícolas- Presença de empresas multinacionais- Financiamento estatal abundante para produção das <i>commodities</i>- Especialização produtiva/funcional- Produção em larga escala- Intensificação no uso de insumos (agrotóxicos)- Produção orientada pela lógica do mercado- Aumento do grau de “commoditização”- Dependência crescente de poucos mercados específicos- Inserção e Uso intensivo no Meio Técnico-Científico-Informacional
Desenvolvimento Rural	<ul style="list-style-type: none">- Esforço para reduzir a dependência do mercado de insumos externos à unidade produtiva, visando à redução de custos ao melhor aproveitamento dos recursos naturais- Introdução de novas atividades que permitam utilizar mais os recursos internos- Produção ambientalmente mais adequada, vislumbrando uma produção agroecológica- Introdução de práticas de cooperação e pluriatividade, para absorção da mão-de-obra- Diversificação de produtos, policultura e busca de economias de escopo- Maior controle sobre os processos de trabalho- Presença familiar nos processos produtivos

Fonte: Kageyama (2008), Ploeg et.al (2000), Ploeg (2011) e Veiga (2001).

Org.: Os autores, 2022.

Esse conceito de desenvolvimento rural multidimensional, vai apresentar diferentes aplicações quanto a sua setorização e espacialização como: Desenvolvimento Rural Sustentável, Desenvolvimento Territorial Rural, Desenvolvimento Rural Integrado, Desenvolvimento Regional Rural, Desenvolvimento Local Rural entre outras variações.

É necessário e de suma importância discutirmos o conceito de território antes de analisar os tipos de desenvolvimento rural presente nas pesquisas. Isso se deve ao fato deste conceito ser utilizado erroneamente, ou ao menos sem considerar seu caráter epistemológico, para classificar um tipo de política setorial e descentralizadora chamada de Desenvolvimento Territorial Rural (DTR). Esta política, melhor discutida ao longo do texto, descentraliza os poderes de decisão e os investimentos em setores regionais,

sem necessariamente dar direito de melhoria de vida para os pequenos produtores e agricultores familiares daquele espaço. Isso retira a responsabilidade do Estado nacional e a coloca sob responsabilidade do governo local.

Assim, diferentemente da abordagem do conceito de território adotada nos meios acadêmicos e, sobretudo na Geografia, em que este é apreendido e delimitado por e a partir de relações de poder engendradas por um grupo social num determinado espaço tempo, sendo os conflitos considerados um componente fundamental da sua constituição e lógica, na perspectiva normativa e operacional adotada pelo Estado brasileiro, o enfoque territorial é considerado apenas como uma ferramenta para se pensar o planejamento e a intervenção estatal na sociedade a partir de diferentes escalas de atuação. (HESPANHOL, 2010, p. 124).

Haesbaert (2004) ao analisar várias noções de território separa três vertentes básicas encontradas na academia: a política, a cultural e a econômica. O território, segundo o próprio autor, não pode ser visto em apenas uma dessas vertentes, mas em um híbrido “— híbrido entre sociedade e natureza, entre política, economia e cultura, e entre materialidade e ‘idealidade’ (...)” (HAESBAERT, 2004, p. 79).

Tendo como pano de fundo esta noção “híbrida” (e, portanto, múltipla, nunca indiferenciada) de espaço geográfico, o território pode ser concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômico-políticas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural. (HAESBAERT, 2004, p. 79).

O território deve ser visto enquanto conceito historicamente construído, principalmente pela geografia, como dotado de relações políticas, de poder e identidade cultural representado em suas relações econômicas e sociais com os diversos territórios ao seu redor. As políticas públicas parecem caracterizar os territórios rurais apenas como um recorte espacial destinado à descentralização do poder e dos recursos, sem levar em consideração a identidade cultural e as relações políticas, econômicas e de poder de cada produtor. Poderíamos até mesmo caracterizar cada fazenda, arrendada ou de posse do produtor, grande ou pequena, produzindo leite ou soja, como um território. Cada uma delas detêm suas relações únicas de poder e econômicas e sua própria identidade cultural.

Seguindo a análise, Medeiros (2015) discorre sobre o território como um espaço de identificação e como a forma deste pode ser variável o que importa é o sentimento, sendo esta sua base. Haesbaert (1997) explicita que o território incorpora uma dimensão simbólica, identitária e até mesmo afetiva. Saquet (2006) discute o território como

resultado do processo de territorialização. Assim o ser humano, enquanto em sociedade, territorializa-se através de suas atividades cotidianas, seja no campo ou na cidade.

Ele constitui um lugar de vida. Este processo é condicionado e gera as territorialidades, que são todas as relações diárias que efetivamos, (i) materiais, no trabalho, na família, na Igreja, nas lojas, nos bancos, na escola etc. Estas relações, as territorialidades, é que constituem o território de vida de cada pessoa ou grupo social num determinado espaço geográfico. (SAQUET, 2006, p. 62).

Raffestin (1993) aponta uma conexão direta com as relações existenciais da população com os produtivistas daquele território. A sociedade vive, segundo ele, ao mesmo tempo o processo e o produto territorial. Diferente do território utilizado pelas políticas públicas, este deve ser visto como objeto de identificação de sujeitos e ações de um espaço geográfico, de identidade responsável por um sentimento de pertencimento.

O pressuposto do Desenvolvimento Territorial Rural é pensar o desenvolver do campo com uma relação dialética entre o viés *bottom-up* e *top-down*¹, descentralizando o poder máximo de decisões do Estado Nacional para o que o governo denominou de territórios rurais, além do controle de investimentos. O DTR teoricamente visa um desenvolvimento sustentável colocando o produtor local como agente político ativo dentro do processo. A emergência desta política neoliberal deu-se após o Consenso de Washington visando a diminuição do estado nas decisões políticas e de poder.

Para Schneider (2004) essa ascensão do enfoque territorial para o desenvolvimento rural, fez-se necessária por ao menos dois motivos. O esgotamento prático e teórico da abordagem regional tornaram evidentes os limites da noção de região como unidade de referência para pensar ações e políticas públicas para o desenvolvimento rural. Segundo o autor, na década de 1970 ocorre um desgaste na noção de região, seja de planejamento ou desenvolvimento regional com a crise da capacidade de intervenção macroeconômica e macrossocial do Estado, piorando significativamente na década seguinte.

Como se sabe, há farta literatura indicando o anacronismo da ideia de que o desenvolvimento se restringe ao crescimento econômico e que, portanto, regiões desenvolvidas podem não ser aquelas que fazem uso eficiente dos fatores de produção. Mais do que isso, a mudança de critérios e métodos de abordagem do desenvolvimento também modificou a atuação normativa dos agentes, das instituições e do próprio Estado, cuja ação indutora ou

¹ Delgado e Grisa (2014) fazem uma análise de algumas políticas públicas para o espaço rural brasileiro, a partir desses vieses “De baixo para Cima” e “De cima para baixo”.

intervencionista deixou de ter na região uma unidade de análise segura e capaz de garantir resultados eficientes. Em resumo, a abordagem regional perde seu poder explicativo enquanto referência teórica e conceitual e tornou-se insuficiente como instrumento para o planejamento normativo das ações práticas do Estado e dos agentes políticos. (SCHNEIDER, 2004, p. 101-102).

Mesmo com os problemas práticos atuais do Desenvolvimento Territorial Rural, o território surge dentro do objeto de análise visando a superação da insuficiência conceitual da região para abranger as particularidades sociais, econômicas, políticas e culturais de um determinado espaço geográfico. Hipoteticamente, posicionando os atores locais como agentes ativos e responsáveis pelo seu próprio desenvolvimento, as particularidades específicas de cada espaço podem ser alcançadas. Ademais, para Schneider (2004) outro fator que ratificou o surgimento das políticas de enfoque territorial foi embasado no constante questionamento sobre as políticas setoriais de mercado. Segundo ele, as atividades econômicas no campo passaram a desenvolver-se cada vez mais pela lógica de escopo do que de escala. Abramovay (2003), ao discutir a importância do território para o desenvolvimento rural reforça a importância da diversificação de economias rurais para a manutenção da vida no campo e acrescenta que a noção de território possibilita pensar que a noção de desenvolvimento depende da maneira com que cada localidade, vai se relacionar com o espaço geográfico ao seu redor.

[...] territórios podem ser definidos como lugares de interação entre sociedades humanas e ecossistemas. O território é a maneira como uma determinada sociedade se organiza em sua relação com a natureza. Esta organização supõe formas de coordenação entre organizações sociais, atores econômicos e representantes políticos necessariamente específicas e com uma história própria a cada lugar. No meio rural a noção de território adquire uma dupla importância: em primeiro lugar, ela convida a reflexão sobre o desenvolvimento a voltar-se a um conjunto variado de protagonistas e a superar assim um âmbito estritamente setorial. A diversificação das economias rurais é, portanto, o resultado mais importante do desenvolvimento territorial em áreas não densamente povoadas. Além disso, a noção de território, no meio rural, chama a atenção ao fato de que o processo de desenvolvimento depende fundamentalmente da maneira como cada localidade vai relacionar-se com os ecossistemas em que vive. (ABRAMOVAY, 2003, p. 108)

Abramovay (2000) dialoga ainda mais com esta questão, ao falar que esta perspectiva territorial não se trata de demonstrar obstáculos ou vantagens geográficas de localização, mas na verdade de estudar e buscar entender a montagem destas redes, das convenções “em suma, das instituições que permitem ações cooperativas – que incluem, evidentemente, a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação -

capazes de enriquecer o tecido social de uma certa localidade.” (ABRAMOVAY, 2000, p. 380).

Relativa parte das pesquisas desenvolvimentistas atuais, analisa este conceito através do viés da sustentabilidade ambiental. As consequências causadas pela Revolução Verde e por um agronegócio cada vez mais competitivo, expuseram a necessidade de pensar em uma produção agrícola que garantisse a manutenção e a sobrevivência das futuras gerações, assim como a preservação e a conservação dos recursos naturais e fontes de energia necessárias para a constância e subsistência da vida humana. Com os transtornos, majoritariamente ambientais, derivados da alta taxa de especialização produtiva, o conceito de desenvolvimento rural tornou-se insuficiente sem o complemento “sustentável”.

A ideia de sustentabilidade nasceu da crescente percepção acerca dos impactos ambientais do padrão civilizatório acelerado após a Segunda Guerra, cujas evidências empíricas multiplicaram-se a partir da década de 70. Neste sentido, o componente “sustentável” da expressão refere-se exclusivamente ao plano ambiental, indicando a necessidade de as estratégias de desenvolvimento rural (como antes definido) incorporarem uma apropriada compreensão das chamadas “dimensões ambientais”. (...) Embora certamente seja possível adicionar outros significados à noção de sustentabilidade (por exemplo, sustentabilidade política, social ou institucional, entre outras possibilidades), tais agregações já fazem parte do repertório analítico das tradições teóricas sobre o desenvolvimento rural. Por tal razão, mantendo-se o rigor necessário, o “sustentável” aqui refere-se tão somente aos padrões ambientais requeridos em ações movidas sob a ótica do desenvolvimento rural. (NAVARRO, 2001, p. 99).

O documento *Alternative Treaty on Sustainable Agriculture* (Global Action, 1993) define a agricultura sustentável como socialmente justa e economicamente viável, ecologicamente bem fundamentada, culturalmente apropriada e baseada na abordagem holística. Segundo Almeida (1995) as ONG 's brasileiras, precursoras nos debates sobre agricultura sustentável se fundamentaram neste documento e tendiam a seguir esta definição geral. O documento do Centro de Tecnologias Alternativas Populares (CETAP) também é importante dentro da análise. Este, classificou a agricultura sustentável como aquela que produz alimentos saudáveis para a população, utilizando sistemas que restauram as condições ecológicas pré-produção. Os sistemas agrários devem ser vistos como ecossistemas cultivados e sua reprodução social e ecológica deve intermediar os métodos de exploração econômica (ALMEIDA, 1995).

Obviamente, a agricultura sustentável é fundamento inseparável do Desenvolvimento Rural Sustentável e de suas premissas. Não obstante, da mesma forma

que o crescimento econômico, necessário para o desenvolvimento, não é fator suficiente para desenvolver uma região, a agricultura sustentável também não deve ser encarada como único meio e resultado do Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS). Altieri (2004) elucida que este tipo de desenvolvimento, em sua aplicação prática e com auxílio das tecnologias necessárias, é capaz de possibilitar uma utilização racional dos recursos naturais tendo em vista o menor impacto a eles possível. Desta forma tornando possível a sustentabilidade do meio também para as futuras gerações. (ALTIERI, 2004).

Dessa forma, pode-se observar as várias nuances, tanto em definições como aplicações do desenvolvimento rural, e assim dar lastro aos estudos realizados nessas duas primeiras décadas do século XXI no Brasil.

O Desenvolvimento Rural no Brasil contemporâneo: a produção científica em periódicos

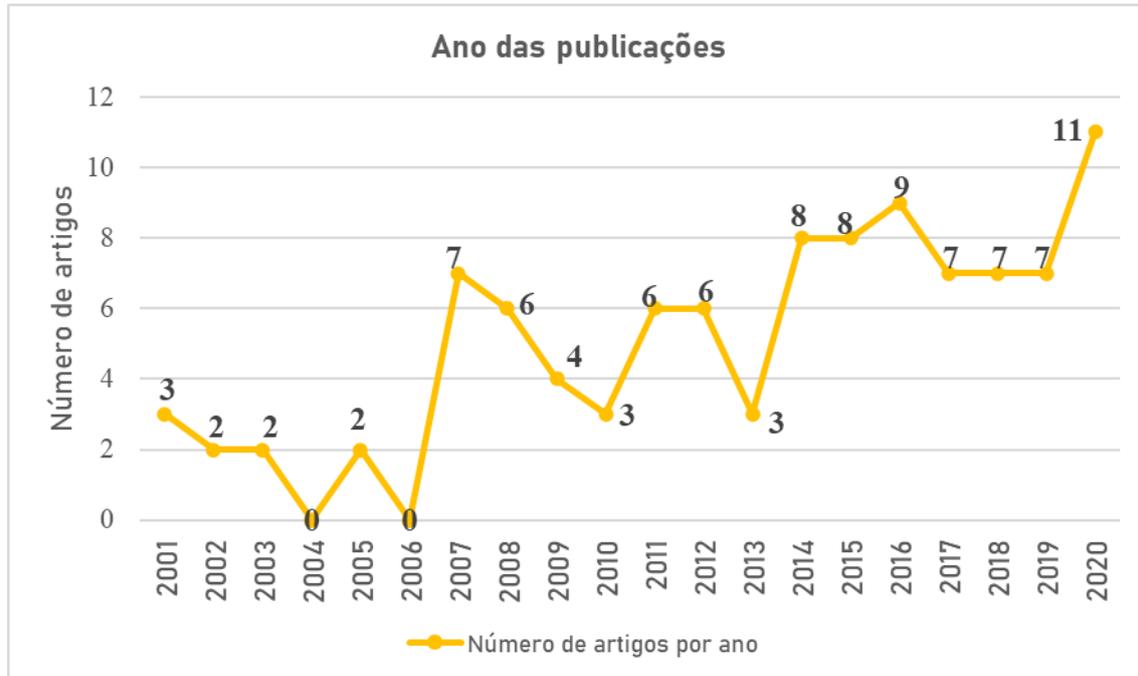
Esse recorte temporal entre 2001 a 2020, traz um panorama geral de como as ciências humanas e sociais aplicadas estudam e vislumbram o desenvolvimento rural no Brasil contemporâneo. Esta produção de dados através de levantamentos bibliográficos e análises de periódicos de revistas foi capaz de mostrar um direcionamento das pesquisas acerca do desenvolvimento rural no Brasil, tal como as suas preocupações com os atores sociais envolvidos, com o funcionamento de políticas públicas, com o meio ambiente e em alguns casos, demonstraram o êxito de algumas destas categorias para alcançar o desenvolvimento rural.

As mudanças políticas e a dinâmica econômica, entre os anos de 2001 a 2020, parecem ter influenciado a produção bibliográfica brasileira sobre o rural e seu desenvolvimento. Neste recorte temporal o ano de 2001 apresenta 3 publicações e este número oscila até o ano de 2020, que dispôs de 11 artigos publicados (gráfico 1).

A primeira década do século XXI, vai agrupar 29 artigos tratando da temática do desenvolvimento rural, um número pouco significativo, mas na década seguinte os totalizará 72 artigos. Um dos motivos desse crescimento, pode ser a diminuição de órgãos governamentais destinados à administração de política rural, como a extinção do Ministério do Desenvolvimento Agrário em 2016, influenciada pelos preceitos neoliberais, que pode ter auxiliado no aumento da preocupação em discutir o rural (MEDEIROS e GRISA, 2020). Ademais, as políticas públicas aplicadas no fim do século passado, também aparecem com bastante frequência nas análises da década de

2010, provavelmente, demonstrando a preocupação em discutir como esta política influenciou, e tem influenciado, positivamente ou negativamente ao longo destes anos, sobretudo as políticas do PRONAF.

Gráfico 1: Publicações de artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.

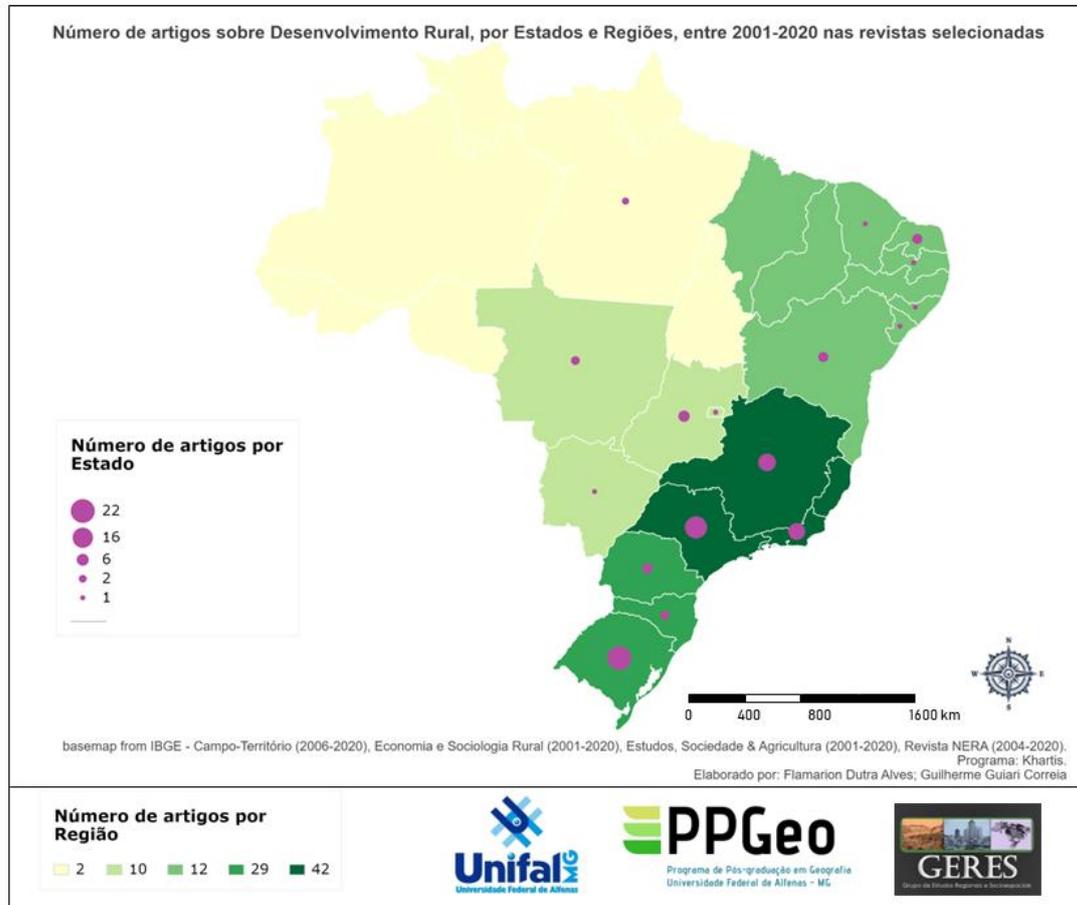


Fonte: Os autores.

É necessário salientar que as revistas não foram criadas simultaneamente. A revista NERA foi criada em 2004 e a revista Campo-Território no ano de 2006, até por isso, somente 11 artigos sobre desenvolvimento rural foram publicados entre 2001 e 2006. As duas revistas são revistas de caráter geográfico. Isso pode auxiliar na explicação do aumento de publicações no ano de 2007. Conquanto, a partir do ano de 2014, há um novo aumento na preocupação em discutir o rural, mesmo ano onde o Brasil passou por grandes mudanças político-ideológicas com a troca de governo e a volta do incentivo neoliberal. Só de 2016 a 2020, foram publicados 41 artigos sobre desenvolvimento rural, demonstrando a crescente importância do espaço rural, em suas várias nuances no processo de desenvolvimento da sociedade.

Quanto a origem institucional dos autores, há um predomínio de pesquisas nos estados do Rio Grande do Sul e São Paulo, e nas regiões Sudeste e Sul (mapa 1).

Mapa 1: Número de artigos sobre Desenvolvimento Rural, por Estados e Regiões, entre 2001-2020 nas 4 revistas analisadas.



Fonte: Os autores.

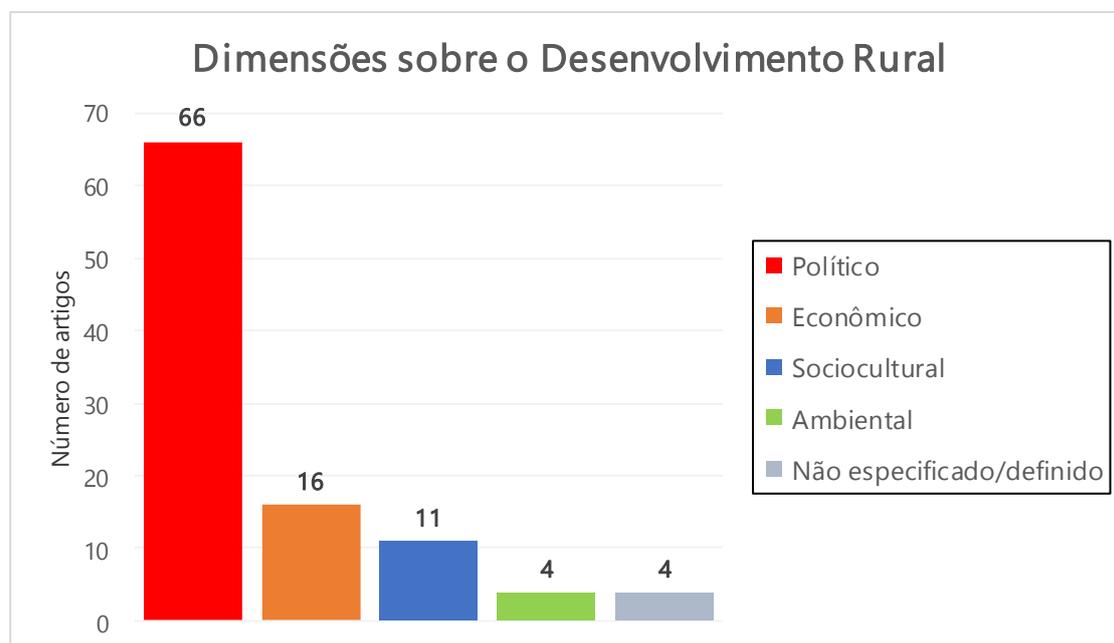
Entre os artigos analisados sobre desenvolvimento rural, nota-se uma predominância institucional no Centro-Sul do país, justamente onde há grandes áreas agropecuárias e a dinâmica do agronegócio prevalece, e onde a importância da agricultura familiar é notória para abastecimentos dos centros urbanos. No Sudeste foram encontrados 42 artigos, seguidos pela região Sul com 29 artigos, 12 artigos na região Nordeste, 10 artigos na Centro-Oeste e apenas 2 na região Norte.

O Rio Grande do Sul é responsável por 22 artigos sobre desenvolvimento rural, inclui-se aí vários programas de pós-graduação em desenvolvimento rural, desenvolvimento regional e geografia como responsáveis. Na sequência o estado de São Paulo aparece com 19 artigos, Minas Gerais com 12 artigos e Rio de Janeiro com 11 artigos. Apenas 12 artigos têm pesquisadores da região Nordeste e 2 artigos da região Norte, o que é contraditório, pois são as regiões com maiores taxas de população rural no país (IBGE, 2010). Entretanto, os centros de pesquisa e programas de pós-graduação

vão se expandir para essas regiões tardiamente, o que resulta nesse processo. Além dos pesquisadores nacionais, tem-se 6 artigos de outros países, Espanha e França com 2 artigos cada, Argentina e México 1 artigo cada.

Por essa diversidade regional, tem-se vários objetivos e perspectivas para se estudar o desenvolvimento regional. Esta questão, direciona-se para as dimensões mais utilizadas nos artigos para discutirem o desenvolvimento rural (gráfico 2), partindo da concepção de Kageyama (2008), numa perspectiva multidimensional.

Gráfico 2: Dimensões utilizadas dos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

A maioria das publicações utiliza um viés político na análise da dimensão do desenvolvimento rural, seja debatendo sobre políticas públicas, sua eficácia, seus problemas práticos ou ideológicos. Ademais, a falta de incentivo do Estado para agricultores familiares e o excesso de apoio aos grandes produtores do *agrobusiness* influenciam na discussão dos pesquisadores. O caráter político nas discussões é sem dúvida imprescindível para o desenvolvimento, porém limitar-se a ele ou ao avanço econômico é um retrocesso ao próprio desenvolvimento. Este deve ser visto como multidimensional, multifacetado que abrange não só a política e o crescimento econômico, mas também a preservação da identidade cultural, a sustentabilidade ambiental e a soberania alimentar.

Rocha et al (2014, p.224) vai destacar a importância da dimensão política para o desenvolvimento rural a partir de três pilares, onde “a política de inovação na agricultura tem centrado em três importantes temáticas de oportunidades tecnológicas: segurança alimentar, matriz energética e sustentabilidade ambiental”.

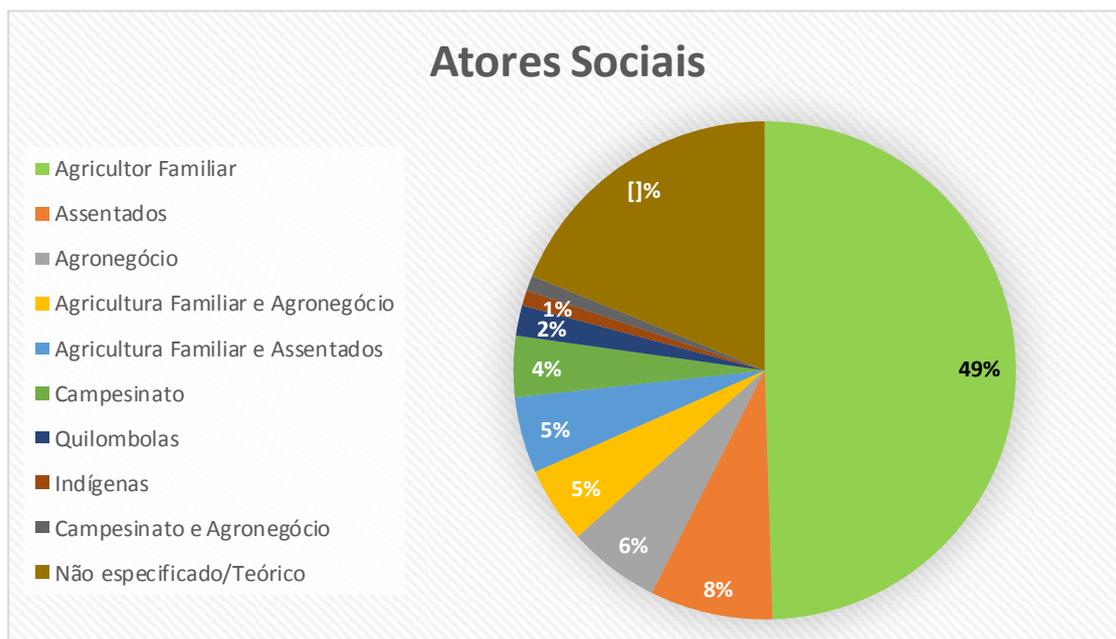
Ainda na dimensão política, várias pesquisas vão abordar estudos de caso a partir dos Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e do PRONAF. Como em Peixoto e Oliveira (2015, p.71) ao “[...] tratar a abordagem territorial recentemente incorporada à elaboração das políticas de desenvolvimento rural no país a partir de um programa como o PAA”.

Acerca do PNAE, Elias et al (2019, p.218) afirmam que essa política pública:

[...] tem potencial de transpor o âmbito institucional e transformar hábitos alimentares em direção à uma dieta de melhor qualidade, ao mesmo tempo que, pelo lado da oferta, promove-se uma estruturação produtiva dos agricultores, garantindo sua inserção nos mercados (ELIAS et al, 2019, p.218).

Poucos artigos discutem a questão ambiental, como dimensão principal do desenvolvimento rural, os que o fazem discorrem sobre a importância da agroecologia e de atores sociais como os assentados, quilombolas e indígenas neste processo. A questão sociocultural também aparece pouco no conjunto de artigos analisados, apenas 4.

Gráfico 3: Atores sociais utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

Entre os atores sociais das pesquisas acerca do desenvolvimento rural, há uma diversidade de sujeitos analisados, mas a agricultura familiar predomina como a principal categoria (gráfico 3).

A agricultura familiar predomina como os atores sociais na análise do desenvolvimento rural no Brasil, com 49% dos artigos. Isso se deve ao enfoque nas políticas públicas para esses sujeitos, como uma categoria que produz alimentos diversificados e subsidia o abastecimento dos centros urbanos.

Vários estudos apontam esses atores sociais como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento rural em diversas regiões do Brasil. Silva Neto e Oliveira (2008, p.103) vão trazer os exemplos no Rio Grande do Sul e sua relação com o desenvolvimento também com as cidades “[...]a agricultura familiar não só não tem sido um entrave ao desenvolvimento do Rio Grande do Sul, como tem desempenhado um papel importante na sua dinamização”.

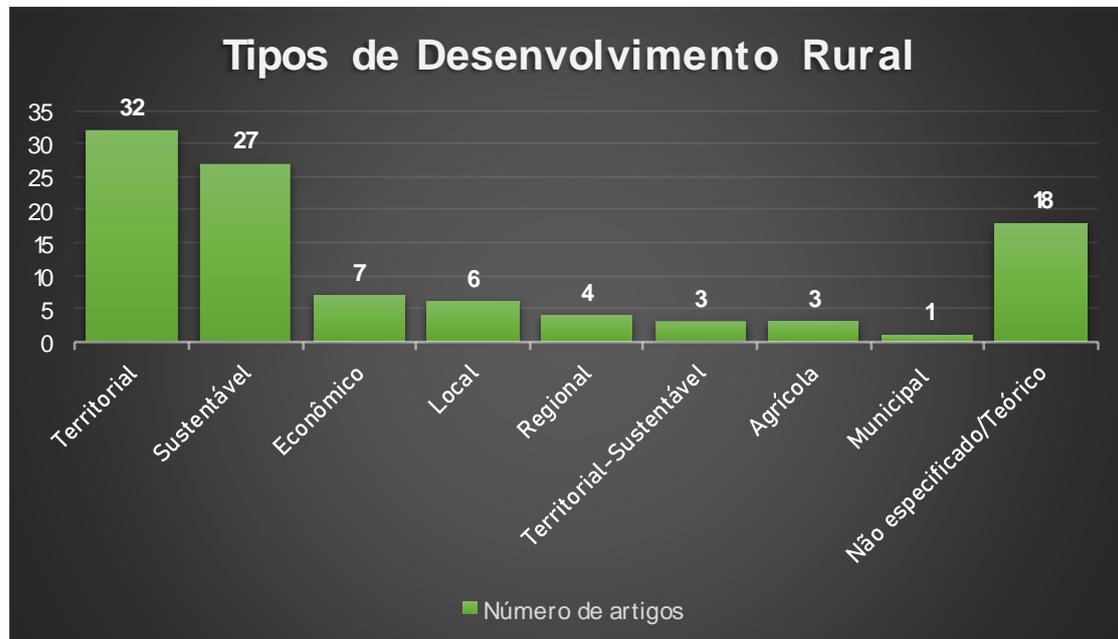
Entretanto, algumas questões impactam o desenvolvimento rural, como o esvaziamento do campo, problemas ambientais, recursos técnicos e envelhecimento da população residente. Nesse sentido, Silva et al (2016, p.116) discorrem sobre esses problemas dos agricultores familiares no assentamento Mirassolzinho I no município de Jauru (MT): “O envelhecimento dos chefes familiares e a forte evasão dos jovens pode comprometer a sucessão familiar dos conhecimentos acerca da lida com a terra e causar a perda das tradições culturais transmitidas pelas gerações passadas”.

Na sequência dos atores sociais do desenvolvimento rural, aparece os assentados da reforma agrária com 8%, seguido de estudos sobre o agronegócio com 6%. Dentro dos atores sociais foi necessário criar categorias mistas, porquanto alguns textos trouxeram em si mais de um ator social ao discutir o desenvolvimento rural, seja discutindo políticas públicas, crescimento econômico e sustentabilidade ambiental. Parte significativa dos trabalhos também não deixaram explícitos os atores sociais centrais da pesquisa ou se tratavam de artigos teóricos, totalizando 19%.

Fica exposto, a preocupação dos pesquisadores em promover e analisar as políticas públicas, impactos socioeconômicos, impasses e questões de técnicas e de infraestrutura junto aos agricultores familiares, pois são esses atores sociais que estão em situação mais vulnerável economicamente, mas ao mesmo tempo, são responsáveis por grande parte do abastecimento alimentar saudável no Brasil.

Quanto ao tipo de desenvolvimento rural, segue-se o pensamento de Kageyama (2008) ao elencar o territorial e sustentável como tendências no espaço rural brasileiro (gráfico 4).

Gráfico 4: Tipos de desenvolvimento utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

O Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) e o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) são as categorias que mais aparecem nas análises, com 32 e 27 artigos respectivamente. São responsáveis por quase 60% da amostra.

Há uma diferença dentro da análise conceitual do território nas discussões acerca do Desenvolvimento Territorial Rural, a depender da área da ciência que pesquisa o tema. Há uma tendência das pesquisas de Geografia em discutir o próprio conceito de território antes da análise sobre o DTR, demonstrando certa preocupação com a epistemologia deste conceito e a negação deste peso conceitual na aplicação das políticas públicas rurais vigentes. É comum notarmos nestes artigos, partes dedicadas ao levantamento bibliográfico do próprio conceito. No que diz respeito às outras áreas da ciência, ao menos nos artigos analisados, essa preocupação é negligenciada. É possível que esta diferença bibliográfica resulte da própria confusão do conceito de território entre as ciências humanas e sociais.

Não apontamos esta falta de conceitualização como um erro epistemológico ou científico devido ao fato deste conceito poder ser utilizado como uma palavra para

delimitar certas porções do espaço terrestre. Apesar disto, se o território for tratado apenas como um recorte espacial destinado à políticas públicas dentro das análises sobre o Desenvolvimento Territorial Rural podemos sucumbir à indiligência do bem estar humano, e deixar de lado as particularidades e peculiaridades de cada território. Há, em certos momentos, uma certa confusão de algum espaço geográfico com o território.

Um país como o Brasil, de dimensões continentais, grande extensão de terras aptas para o cultivo e com mais de 170 milhões de habitantes, tem, na agricultura em particular e no meio rural como um todo, um espaço territorial estratégico para a superação da pobreza e da fome. (ORTEGA, 2007, p. 285).

A generalização de todo o rural brasileiro como apenas um território e a ideia do crescimento econômico como único, ou principal, fator para a superação da pobreza e da fome no Brasil pode aumentar ainda mais a distância entre o rural brasileiro e o desenvolvimento rural. Dentre os artigos redigidos por geógrafos é perceptível uma maior intencionalidade em discutir o território multidimensional e sua interconexão com as diferentes escalas de análise. Isto, por si só, não nos permite alcançar o desenvolvimento, mas pode nos auxiliar a entender todas as dimensões que devem ser abrangidas por ele. Nesta citação de Gil e Fernandes (2005) fica clara esta intencionalidade.

O território é carregado de intencionalidades, que se manifestam no espaço. A intenção das pessoas ao escolherem um lugar ou optarem por ficar onde estão, imprimindo nele uma paisagem que reflete essas intenções e interações, corresponde ao território. As relações dessas pessoas com a natureza e entre si pressupõem a existência de poder (técnico, econômico, social, político e cultural) e é isto que caracteriza o território, construído num dado tempo e espaço, encerrando, portanto, a realidade. (GIL e FERNANDES, 2005, p. 80).

O DTR traz consigo a premissa de uma cultura sustentável. Entretanto é comum observarmos pesquisas que discutem a sustentabilidade no campo sem necessariamente discorrer sobre o Desenvolvimento Territorial Rural utilizado pelas políticas públicas e de planejamento como apresentado por Brenneisen (2005):

Esse debate sobre a sustentabilidade envolve, ainda, acadêmicos e técnicos dos organismos estatais, cuja contribuição tem sido fundamental para colocar na pauta dos governos federal, estaduais e municipais, aspectos do desenvolvimento sustentável, como os educacionais, por exemplo, os quais historicamente têm recebido pouca atenção em comparação com aqueles considerados mais relevantes ou de maior urgência. (BRENNEISEN, 2005, p. 234).

Ou mesmo, nesta passagem de Rocha et al (2014):

A partir disto, a presente investigação propõe uma revisão das principais discussões contrapondo-se à principal política nacional de inovação no país, os Fundos Setoriais de Ciência e Tecnologia. Assim, o importante incentivo na criação de patentes em ramos específicos, como a biotecnologia aplicada, pode contribuir significativamente para um crescimento sustentável nas atividades voltadas à agricultura. (ROCHA et al. 2014, p. 227)

Essa discussão é essencial e emergencial, visto que a tendência do mercado globalizado dentro e fora do campo, cada vez mais especializa produções, cidades e mecaniza o campo moderno. A maioria das pesquisas que enunciam a necessidade de um campo sustentável tratam de estudos de caso demonstrando a importância da agricultura familiar, assentados, quilombolas e indígenas para alcançar uma agricultura e um Desenvolvimento Rural Sustentável, sobretudo, com um viés agroecológico:

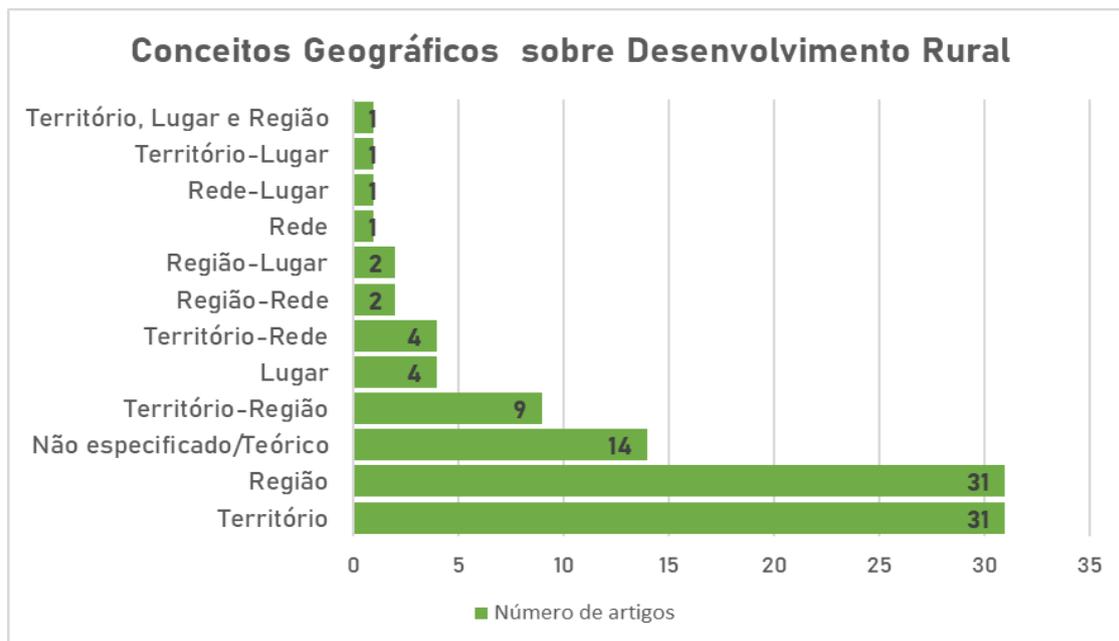
Nos últimos 30 anos, dotando o conceito de “Agricultura Alternativa” de maior consistência conceitual e metodológica e trazendo para o debate político, ecológico, econômico e social a necessidade de superação do padrão de agricultura industrial, pensadores da academia e movimentos sociais têm defendido a proposta da Agroecologia. (GONÇALVES e ENGELMANN, 2009, p. 40).

A análise unidimensional do desenvolvimento rural atrelado ao crescimento econômico é encontrada em 7 artigos. Assim, alguns artigos discutem o tema sob esta perspectiva, e discorrem que o desenvolvimento rural é, majoritariamente, dependente do crescimento econômico e defendem políticas setoriais e investimentos públicos na agroindustrialização do campo.

São necessárias políticas setoriais de estímulo à agroindustrialização, que demandarão esforços conjuntos com outras instituições regionais ligadas a esse processo, avaliações de viabilidade técnica e estratégicas geográficas, além da adequação de hábitos e rotinas de trabalho buscando atender satisfatoriamente essas necessidades. (FIRETTI et al. 2012, p. 155).

No diagnóstico sobre a utilização dos conceitos geográficos nos pautamos no aparecimento deles dentro do corpo do texto, levando em consideração o contexto em que foi usado e o peso conceitual, ou não, dessa utilização. Esta verificação reforçou o caráter geográfico do território para a geografia. Nas revistas de Economia e de Sociologia há uma propensão na utilização do conceito de região, mesmo quando a análise discute sobre o Desenvolvimento Territorial Rural. Isso pode demonstrar a confusão conceitual de outras ciências que conflitam com o peso teórico que o território carrega para a Geografia (gráfico 5).

Gráfico 5: Conceitos utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas revistas selecionadas, 2001-2020.



Fonte: Os autores.

A geografia tende a se preocupar com a discussão do próprio conceito, muitas vezes antes mesmo da análise dos resultados, principalmente ao criticar as políticas públicas vigentes, que utilizam o “territorial”, quando não envolvem as questões do território nas políticas públicas. A sociologia e economia rural, quando utilizam o território, tendem a denotar como um recorte espacial, que não necessariamente carrega consigo um espaço socialmente construído, dotado de relações políticas, identitárias, poder, econômicas e culturais.

Coelho Neto (2013) vai discorrer sobre o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PNDSTR), onde fará críticas as noções de “território” e “rural”:

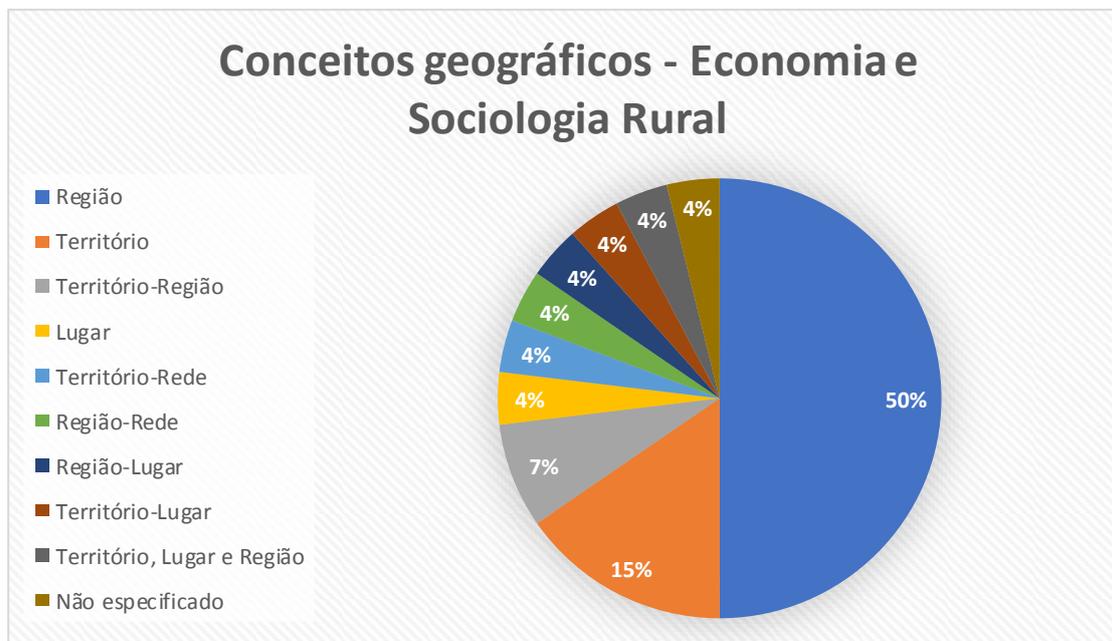
O mecanismo de delimitação dos “territórios rurais”, considerando como ponto de partida as microrregiões geográficas, baseando-se em variáveis meramente demográficas, estabelece uma classificação funcional semelhante à região como classe de área, largamente utilizada pela geografia quantitativa, desconsiderando a complexidade dos fenômenos da territorialidade e da ruralidade. (COELHO NETO, 2013, p.166)

O conceito de região, tão tradicional na geografia, não é o mais utilizado para as análises do desenvolvimento rural. Apenas 20% dos artigos, nas revistas Campo-Território e NERA tratam das questões espaciais a partir da região. Quando ocorre, utiliza-se os atributos regionais, que unem vários municípios para associar ao

desenvolvimento rural, como a região de uma (micro) bacia hidrográfica, da produção de uma cultura agrícola ou da unidade político-administrativa, como a microrregião.

Entretanto, nas revistas de economia e sociologia rural, o conceito que predomina é o de região, com 50% do total (figura 8).

Gráfico 6 – Conceitos utilizados nos artigos sobre Desenvolvimento Rural nas Revistas de Economia e Sociologia Rural, 2001-2020.



Fonte: Do autor.

Mesmo que a sociologia e economia rural não tenham a preocupação espacial, no sentido dos fenômenos e da diferenciação espacial, os conceitos utilizados no estudo de desenvolvimento rural enfocam uma preocupação com a região, com metade dos estudos, e território, com 15%, outros conceitos, utilizados de forma conjunta como território-região, apresentam 7% da amostra.

Ao analisar os conceitos de maneira geral, as revistas de Economia e Sociologia Rural, observa-se que há uma tendência na utilização dos conceitos de território e região como recorte espacial e análise conceitual sobre o desenvolvimento rural brasileiro. Souza et al (2015) vai tratar da distribuição do crédito do PRONAF no estado do Rio de Janeiro:

[...] a distribuição regional desses recursos tornou-se menos desigual. Constatou-se, porém, que a distribuição da agricultura familiar entre os municípios é também desigual. Nesse sentido, a contradição é que a nova distribuição dos recursos entre municípios não reflete, necessariamente, a importância relativa dos municípios na agricultura familiar do estado. (SOUZA et al, 2015, p.382)

Dessa forma, os conceitos serão mais detalhados e aprofundados teoricamente na geografia agrária, antes dos estudos empíricos, e apresentam usos distintos e predominância nas áreas do conhecimento. Apesar dessas divergências, há uma possibilidade conceitual para o estudo do desenvolvimento rural, seja com território, região, rede ou lugar.

Considerações Finais

O rural brasileiro sofreu mudanças morfológicas, estruturais e de caráter tecnológico e social nessas últimas décadas entre o século XX e XXI. Estas transformações no campo e na cidade, influenciaram as pesquisas acadêmicas e nas políticas públicas aplicadas no espaço rural. As instituições de ensino, ao discutir as políticas públicas instauradas pelos governos, auxiliam o Estado a pensar em novas políticas, assim como estas políticas inspiram discussões científicas em uma relação dialética. Entender quais são os pressupostos dessas relações podem auxiliar as reflexões sobre quais são as dinâmicas, necessidades e potencialidades do campo brasileiro.

A escolha de diferentes áreas do conhecimento nesta análise propiciou uma perspectiva abrangente no que diz respeito às diferenças epistemológicas e ideológicas no debate sobre desenvolvimento rural. Cada ciência possui sua própria disciplinaridade, inata ao seu principal objeto de estudo. Esta disciplinaridade é necessária para se pensar em um rural cientificamente interdisciplinar. As ciências humanas, como a Geografia e a Sociologia tendem a preocupar-se mais com o aspecto social e de dinâmica espacial do campo, justificando seus objetos de estudo. O mesmo acontece com as revistas de economia que tendem a se preocupar com as relações econômicas e mercadológicas na análise sobre desenvolvimento rural.

Pode haver uma relação direta entre a difícil conceituação do território, como recorte espacial para a aplicação de políticas públicas, e o alto número de publicações que discutem o desenvolvimento rural através de um viés político. Se deixarmos de lado o peso conceitual e geográfico do território, enquanto espaço socialmente e historicamente construído, dotado de relações multidimensionais de poder, relações econômicas, políticas e identitárias, este tornar-se-á apenas uma palavra para denominar certa localidade e recorte espacial utilizado para descentralizar os poderes de decisão, propiciando uma análise que desconsidera seu caráter sociocultural.

Entender o território e exportá-lo para outras ciências pode auxiliar a vislumbrar o rural brasileiro em sua totalidade e superar as visões desenvolvimentistas e unidimensionais. Desta forma repetindo o mesmo erro utilizado por muitos anos para caracterizar um país como rico ou pobre apenas pelo Produto Interno Bruto. Há inúmeras variáveis que devem ser levadas em consideração para desenvolver-se uma dada população. Por esta razão, reforça-se a necessidade de entender o território em sua totalidade.

Por fim, entendemos que para compreender o desenvolvimento rural e suas dinâmicas é necessário realizar uma análise entre os vários atores sociais, sobretudo, explicitar a importância da agricultura familiar e dos pequenos produtores, sejam eles assentados, quilombolas ou comunidades tradicionais. Já que para o campo desenvolver, deve-se superar situações de fragilidade social, econômica e ambiental no rural brasileiro. Desta forma, as pesquisas sobre desenvolvimento rural transparecem as principais vulnerabilidades acerca dos atores sociais ativos no campo, tornando-se uma ótima ferramenta para este tipo de análise.

Nessa terceira década do século XXI que se inicia, onde o processo de *commoditização* dos territórios rurais no Brasil se amplia, num cenário pós pandemia da Covid-19 onde a fome assola milhões de famílias brasileiras, defender uma agricultura diversa, saudável e com preço justo, é de extrema importância para o que se considera o desenvolvimento rural. O agronegócio brasileiro, mostrou que não será esse modelo de desenvolvimento que irá acabar com esses problemas, pelo contrário, ele está agravando.

Agradecimentos

Este trabalho teve auxílio da bolsa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**. São Paulo, v.4, n.2, 2000. p.379-397.

ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ALMEIDA, J. Da ideologia do progresso à ideia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). **Reconstruindo a agricultura:**

ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. 1ed. Porto Alegre: Editora da Universidade (UFRGS), 1997. p. 33-55.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4.ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ALVES, F.D. **Trajatória teórico-metodológica da geografia agrária brasileira**: A produção em periódicos científicos de 1939 – 2009. Tese de Doutorado (Geografia – Organização do Espaço). Rio Claro: Universidade Estadual Paulista, 2010.

ALVES, F.D. Da diversidade agrícola à commoditização do território: os efeitos do agronegócio na Região Imediata de Alfenas – Minas Gerais. **Boletim Alfense de Geografia**. Alfenas. v.1, n.2, 2021. p.129-150.

BRASIL – **Banco Central do Brasil**. Matriz de Dados do Crédito Rural - Crédito Concedido. Disponível em:
<https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/reportmicrrural?path=conteudo%2FMDCR%2FReports%2FqvcRegiao.rdl> Acesso em: 02 mai. 2022.

BRENNEISEN, E. “Vida na Roça”: um projeto multidimensional de desenvolvimento rural. **Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 13, n. 2, 2005. p.230-279.

CASTILLO, R. et al. Regiões do agronegócio, novas relações campo-cidade e reestruturação urbana. **Revista da Associação Nacional de Pós-graduação e pesquisa em Geografia (ANPEGE)**. v.12, n.18, 2016. p.265-288.

COELHO NETO, A.S. Política de desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites da concepção de ruralidade e de territórios rurais. **Campo-Território**. Uberlândia, v.8, n. 16, 2013. p. 152-169.

DELGADO, N.G; GRISA, C. Políticas de desenvolvimento territorial e pobreza rural no Brasil: análise das institucionalidades e da governança. **Estudos, sociedade e agricultura**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2014. p.132-163.

ELIAS, L. P. et al. Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba. v.57, n.2, 2019. p.215-233.

FERREIRA, D.A.O. **Mundo rural e Geografia**: Geografia agrária no Brasil – 1930-1990. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

FIRETTI, R. et al. Análise de Variáveis Estratégicas para o Desenvolvimento da Agropecuária da Região do Pontal do Paranapanema. **Revista de Economia e Sociologia Rural**. Piracicaba, v.50, n.1, 2012. p. 141-156.

GIL, I. C., FERNANDES, B. M. Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 8, n. 6, 2005. p.75-91.

- GONÇALVES, S., ENGELMANN, S. A. A agroecologia e a reestruturação do desenvolvimento rural. **Campo-Território**. Uberlândia, v.4, n. 8, 2009. p. 29-51.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. 2004, 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 396 p.
- HAESBAERT, R. **Des-territorialização e Identidade**. Niterói: Editoria da UFF, 1997.
- HESPANHOL, R. A. M. A adoção da perspectiva territorial nas políticas de desenvolvimento rural no Brasil. **Campo-Território**. v.5, n.10, 2010. p. 123-147.
- IBGE – **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 10 mar 2022.
- KAGEYAMA, A. A. **Desenvolvimento rural**: conceito e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: UFRGS, 2008.
- KITCHENHAM, B. **Procedures for performing systematic reviews**. Keele University Technical Report TR/SE-0401.Keele, UK, p. 1-28. 2004.
- MEDEIROS, R.M.V. Território, Espaço de Identidade. *In*: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E.S (Orgs.). **Territórios e Territorialidade**. Teoria, Processos e Conflitos. 2 ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2015.
- MEDEIROS, J.C.; GRISA, C. O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e suas capacidades estatais na promoção do desenvolvimento rural. **Campo-Território**. Uberlândia. v.14, n.34, 2020. p.06-35.
- NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**. v. 15, n. 43, 2001. p. 83-100.
- OLIVEIRA, G.B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Revista FAE**. Curitiba. v.5, n.2, 2002. p.37-48.
- ORTEGA, A. C. Desenvolvimento territorial rural no Brasil: limites e potencialidades dos consads. **Economia e Sociologia Rural**. Rio de Janeiro, vol. 45, nº 02, p. 275-300, abr/jun 2007.
- PEIXOTO, A.M.M.; OLIVEIRA, A.R. A abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 18, n.26, 2015. p.70-91.
- PEREIRA, L.I. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e Perspectivas. **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 18, n.29, 2015. p.48-69.
- PLOEG, J.D.V. Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional. **Sociologias**. Porto Alegre. v.13, n.27, 2011. p.114-140.

PLOEG, J.D.V. et. al. Rural development: from practices and policies towards theory. **Sociologia Ruralis**. Oxford, v.40, n.4, 2000. p.391-408.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. (trad.) Maria Cecília França, São Paulo: Ed. Ática, 1993.

ROCHA, L.A. et al. A importância da política de inovação no desenvolvimento da agricultura brasileira. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 22, n. 1, 2014, p.224-246.

RUA, João. Metropolização do espaço, urbanidades no rural e novas ruralidades. *In*: MARAFON, G.J.; CHELOTTI, M.C; PESSÔA, V.L.S (Orgs.) **Temas em geografia rural**. Rio de Janeiro: Eduerj, 2019. p.293-318.

SANTOS, E. L. et. al. Desenvolvimento: um conceito multidimensional. **Desenvolvimento Regional em debate**. Canoinhas. ano 2, n. 1, 2012. p.44-61.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado**: fundamentos Teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1986.

SAQUET, M. A. Campo-território: considerações teórico-metodológicas. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v. 1, n. 1, 2006. p. 60-81.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**. Porto Alegre, ano 6, n. 11, jan/jun 2004. p. 88-125.

SEN, A. **Development as Freedom**. New York: Anchor Books, 1999.

SILVA, L.B. et al. Caracterização social e ambiental dos agricultores familiares do assentamento Mirassolzinho I em Jauru-MT em apoio ao desenvolvimento rural municipal. **Campo-Território**: Revista de Geografia Agrária. Uberlândia, v. 11, n. 25, 2016. p. 101-120.

SILVA NETO, B. ; OLIVEIRA, A. Agricultura familiar, desenvolvimento rural e formação dos municípios do Estado do Rio Grande do Sul. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro. v.16, n.1, 2008. p.83-108.

SOUZA, P.M. et al. Desigualdades regionais no acesso aos financiamentos do Pronaf no estado do Rio de Janeiro. **Estudos, Sociedade e Agricultura**. Rio de Janeiro, v. 23, n. 2, 2015, p.361-389.

SUNKEL, O; PAZ, P. **El sudesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. 22. ed. México: Siglo XX Editores, 1988.

VEIGA, J.E. O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento. **Estudos Avançados**. São Paulo. v.15, n.43, 2001. p.101-119.

Recebido em 08/05/2022. Aceito para publicação em 20/06/2022.
--